



DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL: o caso da Zona Franca de Manaus

Local urban development: the Manaus Free Zone case

Emanuelle Silva Araújo

Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), Rio de Janeiro, RJ
- Brasil, e-mail: emanuellea@gmail.com

Resumo

Desde fins do século XIX com o fastígio da borracha, a Amazônia tem sido alvo de incentivos governamentais para ocupação territorial. Um dos mais fortes estímulos à migração teve origem na Política de Integração Nacional, na década de 1960 durante o regime militar: a Zona Franca de Manaus. Esta política trouxe consigo uma série de transformações na dinâmica do crescimento da capital amazonense, principalmente no que tange ao tecido urbano do município. Este trabalho parte do entendimento de que o fenômeno de crescimento populacional acelerado de Manaus deve-se em larga escala aos deslocamentos humanos dirigidos ao município, tendo, principalmente, como fator de atração a política de incentivos da Zona Franca. Para tanto, buscou-se analisar as relações entre a criação e implementação da Zona Franca de Manaus, dinâmica demográfica do município e transformações do tecido urbano. Percebeu-se que houve uma grande urbanização, industrialização, progresso do setor de serviços, ao passo que aumentou a demanda por esses serviços, bem como por infraestrutura urbana. Esta iniciativa teve como consequência um grande avanço, ao passo que suscitou grandes questões sociais.

Palavras-chave: Zona Franca de Manaus. Desenvolvimento regional. Migração.

Abstract

Since the late 19th Century, along with the rubber boom, the Amazon has been target of governmental incentives for territory occupation. One of the biggest incentives for migration has its origin in the National Integration Policy over the 1960's, during the military dictatorship: the Manaus Free Zone. This policy has brought a series of transformations related to the capital's growth dynamics, mostly concerning the city's urban tissue. This work's starting point is that the phenomenon of Manaus fast population growth is mostly due to the great human migration towards the city, once there was an attraction factor, which was the Free Zone incentives policy. Therefore, we sought to analyze the relations between the creation of the Manaus Free Zone and its dynamics, Manaus demographic dynamics and its modifications related to the urban tissue. It can be noticed that there has been great urbanization, industrialization and progress in relation to the service sector, magnifying the demand not only for these services but also for urban infrastructure. This movement, as a consequence, has upgraded the region while generated great social issues.

Keywords: *Manaus Free Zone. Regional development. Migration.*

INTRODUÇÃO

Produto da Política de Integração Nacional no início dos governos militares, a Zona Franca de Manaus foi criada com o objetivo de ocupar a Amazônia Ocidental, uma região despovoada desde o fim do fastígio da borracha. Além da ocupação, visava atenuar os desequilíbrios regionais e intrarregionais da região amazônica, bem como compensar as desvantagens da sua localização em relação aos mercados.

Resultado de um pacto entre a prefeitura de Manaus, governo do Amazonas e governo federal, a ZFM desponta em 1967 como uma área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário.

O estudo sobre um dos maiores projetos de intervenção industrial, comercial e agropecuário do país representa um esforço para compreender o processo de desenvolvimento econômico e social do município de Manaus, bem como refletir acerca das consequências da urbanização acelerada e da migração de grandes grupos humanos que partiam em busca de melhores condições de vida.

Como recurso metodológico foram realizadas incursões na vasta gama de literatura existente no esforço de realizar uma reconstrução histórica da cidade de Manaus, pesquisas na imprensa local, assim como pesquisas documentais. Além disso, foram utilizados dados referentes aos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 (IBGE, 2005).¹

Espera-se com este trabalho contribuir para o entendimento dos efeitos ou impactos de uma política específica de integração econômica e regional sobre o desenvolvimento local.

A URBANIZAÇÃO PRECOCE DA *PARIS TROPICAL*

Durante muitas décadas, após sua fundação em 1669, Manaus não teve um

crescimento importante, nada que a diferenciasse dos outros pontos de fixação dos colonizadores. O longo período de estagnação, cerca de dois séculos, somente iria terminar na segunda metade do século XIX, por volta de 1870, com a economia da borracha. A partir dessa data, houve uma notória expansão da ocupação humana e da estruturação econômica de toda a região amazônica. Neste contexto, a cidade de Manaus passou a comandar, na Amazônia Ocidental, o sistema socioeconômico mercantil extrativista. Melo (1990) aponta que nessa época o efetivo populacional de Manaus passou de 5.000 para 75.000 habitantes, o que fez com que a cidade se posicionasse entre as dez maiores capitais do país daquele momento.

A cidade passou a produzir o látex, matéria-prima a partir da qual era produzida a borracha para comércio internacional. A exportação da borracha iniciou-se em 1827 e, de acordo com Souza (2005, p. 4):

sua importância passa a ser maior quando em 1836 o norte-americano Goodyear descobriu o processo de vulcanização misturando o enxofre à borracha, desenvolvendo assim um produto útil à indústria do século XIX e essencial para a futura indústria automobilística. Dunlop, utilizando a borracha, descobre o pneumático para bicicletas, que mais tarde seria aplicado nos automóveis pelos irmãos Michelin.

Melo (1990, p. 35-36) indica importantes mudanças ocorridas na cidade de Manaus durante a economia da borracha. Segundo os dados usados pelo referido autor, a expansão demográfica partiu do pequeno contingente de apenas cerca de 5.000 habitantes em 1870, passando para 20.568, em 1890, para 30.757 em 1900 e para 60.000 em 1907. Quanto aos serviços públicos, foi implantado um sistema portuário moderno, um sistema de abastecimento d'água domiciliar, bem como serviços de esgoto, de iluminação elétrica, de telefone e de telégrafo subfluvial. Além disso, construíram-se alguns prédios públicos

¹ A escolha pelos Censos Demográficos se justifica por estes permitirem na maior parte dos casos a comparação entre cada década estudada. Apesar da certa defasagem no tempo que este instrumento apresenta - o último censo ocorreu no ano 2000 - é de suma importância em se tratando de informações sobre a população do município de Manaus desde a implementação da Zona Franca de Manaus até a década atual. Como desdobramentos futuros, pode-se apontar a possibilidade de atualização dos dados com os resultados do censo 2010, além de uma análise mais profunda do que significou a Política de Integração Nacional e a questão das novas territorialidades.

monumentais como o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça, os quais hoje são referências da cidade. E também foram edificadas a Biblioteca Pública, a Alfândega e a Penitenciária.

Todas essas sofisticções renderam à Manaus o apelido de *Paris Tropical*:

Tudo isso teria de emprestar a Manaus uma fisionomia algo esplendorosa, que a fez merecer o apelido de Paris Tropical. O que não deixa de se afigurar, à primeira vista, um tanto fantasiado quando se tem em vista a latitude e o clima equatoriais, a posição centralmente mediterrânea e a conhecida ambiência ecológica da região onde se ergueu a singular cidade. Uma reflexão a respeito não pode deixar de concluir creditando essa espécie de milagre urbano. (MELO, 1990, p. 36).

Contudo, o fastígio da borracha não trouxe consigo somente louros para a história de Manaus. Apesar de todo luxo e opulência da *Paris dos Trópicos*, várias questões sociais foram suscitadas. Não se pode ignorar que nessa espécie de milagre urbano “se insere a existência de um modelo altamente concentrador de renda, o qual, sendo como foi referido, mercantil extrativista, era também de índole colonialista” (MELO, 1990, p. 36). Na mesma época em que Manaus era conhecida pelas suas belas edificações, do total de 10.358 casas, menos da metade era de alvenaria, enquanto 5.710 casas eram casebres, estâncias, barracões e casas de taipa ou de madeira. De acordo com o sociólogo André Araújo, a *Paris dos Trópicos*, “estava cercada por uma *banlieue* de nordestinos famélicos e índios destribalizados e tristes, morando em infectos mocambos” (ARAÚJO apud MELO, 1990, p. 36). E isso sem citar a triste realidade social dos seringais, em que trabalhadores iludidos por sonhos de riqueza viviam a duras penas sob regime de servidão.

Após décadas de apogeu a economia da borracha chega ao fim. Segundo Souza (2005, p. 5):

Desde 1876 o inglês Henry Alexandre Wickman contrabandeou as sementes seringueiras do Amazonas para os Jardins de Kew, em Londres, e dali para o Ceilão onde foram plantadas de maneira bem planejada, e a partir de 1908 começou-se a obter uma produção significativa. Em 1913 a Ásia já era responsável por 59,3% da produção mundial, produção

essa que só fez crescer levando ao fim do chamado ‘Período da Borracha’.

O Amazonas não tinha condições de vencer a concorrência dos seringais plantados na Ásia ou conter a queda da cotação da borracha nas bolsas de valores de Londres e Nova York. O declínio no preço da borracha provocou uma estagnação em vários setores econômicos da cidade de Manaus e, além disso, a cidade não tinha nem como recompor a estrutura de sua economia, dependente de interesses externos. Como a economia era movida quase que unicamente pela exportação da borracha, Manaus não dispunha de outras alternativas. O governo não tinha recursos disponíveis para a conclusão de obras iniciadas ou para a manutenção das que já existiam. O aumento populacional explosivo das últimas décadas resultava em uma grande quantidade de famílias na miséria em função da real falta de trabalho.

Garcia (2005, p. 68) comenta que no início de 1950, o cenário era desolador:

Os funcionários estaduais enfrentavam enormes filas à porta da Fazenda Pública para receber minguados salários com sete meses de atraso. As luzes da cidade se apagavam, os bondes paravam nos trilhos: era a falência do sistema de energia elétrica. Manaus era uma cidade decadente e sem perspectivas.

O NASCIMENTO DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Após o fastígio da borracha, a região Norte iria permanecer estagnada por meio século, suscitando seu esvaziamento e abandono. Segundo Oliveira, (1996, p. 75):

a pedra de toque da transformação deu-se em função da política econômica do Regime militar pós-1964, que, comprometendo-se com um modelo de expansão acelerada das relações capitalistas internas, viabilizou estratégias de integração territorial à dinâmica central de acumulação econômica.

Uma dessas estratégias de integração territorial, que visava compensar a distância entre a Amazônia e os grandes centros concerne à

Zona Franca de Manaus.² De acordo com Benchimol (1997, p. 1), a Zona Franca de Manaus conseguiu:

Romper o quadro de estagnação e decadência secular de uma sociedade que, desde o fim do ciclo da borracha, estava enclausurada no tempo, isolada no longínquo espaço e imersa na desesperança e pobreza, após ter perdido o melhor de suas lideranças empresariais, políticas e profissionais.

Garcia (2005) comenta que a partir de 1968 foram implantadas as primeiras indústrias incentivadas, forjando o embrião do Polo Industrial de Manaus. Nessas quatro décadas de existência a Zona Franca de Manaus se deparou com vários entraves que acabavam por afetar o município de Manaus e, por conseguinte, a região Norte, como em 1975, por exemplo, quando o modelo Zona Franca baseava-se na livre importação. Nesta época, o Brasil ficou sem divisas para importar e a ZFM teve que auxiliar a pagar a conta. Já na década de 1990, a ZFM enfrentou um desafio importante durante o governo Collor. Neste momento o parque industrial teve que se adequar à política nacional de indústria e comércio exterior e às novas regras do mercado ditadas pela globalização. Ainda assim, o modelo Zona Franca de Manaus contabilizou grandes prejuízos econômico-sociais. Algumas empresas não foram capazes de expandir seus investimentos e desativaram os seus projetos. Houve queda no faturamento industrial da ZFM e os empregos foram reduzidos.

Entretanto, vencidos os entraves, os incentivos fiscais, inicialmente instituídos para vigorar por 30 anos (até 28 de fevereiro de 1997), foram prorrogados por mais dez anos pelo presidente José Sarney. Após a aprovação da emenda ao projeto de Constituição Federal do deputado federal amazonense José Bernardo Cabral, o prazo de vigência da ZFM passou a valer por mais 25 anos (até 2013).

Loureiro (2003, p. 39) comenta que com a implantação da ZFM a capital do Amazonas transforma-se radicalmente:

Seus habitantes multiplicam-se, chegando a 1,6 milhão de pessoas ao final de 2002. Com o perfil de uma cidade-estado, nela concentram-se 53% da população estadual. Produzindo mais de 90% da economia e da arrecadação, a renda per capita dos manauaras eleva-se aos patamares mais altos entre as capitais brasileiras. A economia cresce e os serviços urbanos ampliam-se, mas a migração de pessoas do Nordeste e do Pará pressiona os serviços urbanos e desorganiza a ocupação do espaço, promovendo invasões de áreas desocupadas, sem saneamento básico e infraestrutura, criando imensos bolsões de pobreza onde a exclusão social é a regra.

O autor ressalta que antes do advento da ZFM, Belém, capital do Pará e única metrópole da Amazônia, detinha o mais amplo mercado consumidor, melhor infraestrutura econômica, maior população, porto marítimo e ligação terrestre com o restante do país. Diz ele:

A força centrípeta exercida pela cidade de Belém esvaziava velozmente o lado ocidental da Região, onde Manaus ocupa o centro geográfico. Com uma população inferior a 150.000 pessoas, a capital do Estado do Amazonas definhava rapidamente em termos urbanos, econômicos e sociais. Inexistência de universidade, escassez de energia elétrica, mercado reduzido e de baixo poder aquisitivo, sistema de transporte e de comunicação precário que a mantinha ainda mais isolada dos centros de poder político, distante da costa marítima, formavam o cenário que explicava sua fragilidade econômica e a ausência de perspectivas de mudança. (LOUREIRO, 2003, p. 37).

De acordo com as estatísticas da SUDAM, no ano de 1964 97,6% dos investimentos incentivados na região localizavam-se na economia do Pará, indicando a hegemonia econômica do Estado, ao passo que ao Estado do Amazonas restou a ínfima parcela de 2,4%. Manaus era o “entreposto comercial que ligava a economia extrativa praticada no interior do Estado ao resto do mundo” (LOUREIRO, 2003, p. 38).

² A Zona Franca é idealizada pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei nº 3.173 de 6 de junho de 1957 (BRASIL, 1957, p. 1), como Porto Livre, no Governo do então presidente Juscelino Kubitschek. Como consta no artigo primeiro: “Art. 1º É criada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, uma Zona Franca para armazenamento ou depósito, guarda, conservação, beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas.”

Na década atual, de acordo com Moura e Moreira (2000, p. 72), Manaus e a Região Metropolitana de Belém (inclusive municípios satélites) são os principais núcleos urbanos no conjunto das cidades da região Norte. Manaus vai além, passa a emergir sob o ângulo populacional como maior núcleo urbano regional, posto que anteriormente era ocupado por Belém.

A taxa de urbanização do município de Manaus permanece crescente nas quatro últimas décadas. Percebe-se que houve um aumento mais significativo no processo de urbanização entre a década de 1970 e 1980, no âmbito de implementação da Zona Franca, passando de 91% para 96,6%. Já entre 1991 e 2000 houve um aumento bem mais discreto: 99,3% em 1991 e 99,4% em 2000. Moura e Moreira (2000, p. 71) comentam que:

O Amazonas tem atualmente seus quadros urbanos (leia-se principalmente Manaus) submetidos a uma forte pressão migratória. De fato, o estado encontra-se numa situação limite que já quase o caracteriza como Unidade em fase de desruralização populacional.

De acordo com Santos (2001, p. 9), a urbanização do Estado do Amazonas tem se dado principalmente através da concentração populacional no município de Manaus. A autora comenta que em 1980, a população urbana de Manaus representava 71% da população urbana de todo o Estado do Amazonas, percentual este que caiu para 67% em 1991.

Oliveira ressalta a questão social após a criação da Zona Franca de Manaus, que suscitou uma série de conflitos fundiários, êxodo rural, e, nas palavras do autor, uma “precoce inchação urbana e marginalização social” (OLIVEIRA, 1996, p. 75). Com a implementação da Zona Franca o município de Manaus cresce e se urbaniza, porém o autor questiona o espaço urbano que de fato cresce: “Pesquisas levadas a campo em Manaus indicam que metade da população da cidade vive em favelas e casebres fluviais [...]. O crescimento é urbano, mas, em sua essência, quem realmente cresce é a pobreza” (OLIVEIRA, 1996, p. 93).

Bastos também não é das mais entusiastas do modelo ZFM, diz a autora que os efeitos “em termos de desenvolvimento regional, são limitados, já que o processo de crescimento teve uma reduzida articulação endógena, gerando pouca internalização da renda e do emprego regional” (BASTOS, 1996, p. 202).

Apesar de todas as consequências positivas – e outras nem tanto –, as novas condições mundiais e a abertura da economia brasileira, em conjunto com a perspectiva de fim dos incentivos fiscais suscitaram uma crise no modelo industrial centralizado. Novas estratégias foram concebidas, entre elas destaca-se, de acordo com Becker (2004), o fortalecimento do Polo Industrial de Manaus (PIM); o desenvolvimento da bioindústria; e a possibilidade de desenvolver um polo gás-químico com o gás de Urucu.

EFEITOS DA ZONA FRANCA NO TECIDO URBANO DE MANAUS

Conforme dito anteriormente, a implementação da Zona Franca de Manaus trouxe consigo uma série de transformações na dinâmica do crescimento da capital amazonense, principalmente no que tange ao tecido urbano do município. Melo nos aponta os efeitos da chegada das indústrias da ZFM no tocante à dinâmica demográfica do município:

Acresce que, pelos dados censitários, a proporção dos não naturais na população manauara apresenta-se substancialmente maior nos anos imediatamente anteriores ao de 1980 [...]. Esse número mais elevado de não naturais naquela fase, combina com o fato de ter a grande cidade passado por um longo período de estagnação econômica, quando não possuía maiores forças de atração de fluxos migratórios – período seguido por uma fase de notável dinamismo cujo advento ocorreu a partir da instituição, em 1967, dos incentivos da Zona Franca de Manaus. (MELO, 1990, p. 87-88).

Ao passo que essas transformações foram fundamentais para o crescimento econômico do município via mão-de-obra e consumo, várias são as consequências negativas da pressão ocasionada pelo contingente de migrantes. De acordo com Melo e Moura (1990, p. 286) o crescimento de Manaus exerce um efeito centrípeto sobre o interior do Amazonas, causando o esvaziamento de um imenso espaço. Além disso, o autor ressalta a pressão da migração sobre a infraestrutura urbana e sobre as condições e a qualidade de vida da população e, também, sobre o mercado de trabalho manauara.

A migração ocupa um papel vital na estrutura demográfica da cidade de Manaus. Em 1970 uma terça parte da população era constituída por não naturais³ (24%). Já em 1980 os não naturais aparecem numa proporção maior entre os habitantes de Manaus (34%). Nas décadas seguintes essa tendência continua: os não naturais passam de 28% em 1991 para 35% em 2000.

Em relação à escolaridade da população manauara (Tab. 1), percebe-se que de 1970 a 1991 a maior parte dos habitantes concentra-se no grupo de 1 a 4 anos de estudo, isso significa apenas a metade da duração do Ensino Fundamental. Houve uma melhora discreta ao longo dos anos, em 2000 a maior parcela da população enquadra-se no grupo de 5 a 8 anos de estudo. O grupo de pessoas no Ensino Médio era bastante reduzido nas décadas de 1970 e 1980, dobrando o percentual na década de 1991 e quase triplicando em 2000.

No tocante aos naturais e não naturais observa-se tendências distintas. Por um lado, os não naturais ganham vantagem em relação aos naturais uma vez que apresentam um melhor desempenho nas duas extremidades: um percentual inferior no grupo das pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo, e na outra extremidade um maior percentual no grupo de 12 anos ou mais de estudo, o que as tornaria mais qualificadas para ocupar postos na Zona Franca de Manaus que exigem maior escolaridade. Por outro lado, os não naturais apresentam um desempenho levemente inferior fora das extremidades.

Observa-se em todas as décadas um percentual significativo de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo e um percentual bastante reduzido de pessoas com formação universitária ou superior. Esse fraquíssimo desempenho verificado no município de Manaus também é evidente em toda a região Norte.

TABELA 1 - Anos de estudo em Manaus (Natural/Não natural) - 1970 a 2000

Anos de estudo	1970		1980 ⁴		1991		2000	
	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural	Natural	Não natural
Sem instrução ou menos de um ano	21%	21%	63%	44%	22%	17%	17%	11%
1 - 4 anos	57%	56%	14%	27%	33%	34%	26%	28%
5 - 8 anos	15%	14%	13%	18%	27%	28%	28%	31%
9 - 11 anos	6%	6%	7%	8%	16%	17%	24%	24%
12 anos ou mais	2%	3%	2%	3%	3%	4%	5%	5%
Sem declaração	0%	0%	-	-	0%	0%	1%	1%
Total %	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total N	192.980	70.755	317.402	207.344	617.689	273.276	750.912	487.221

Fonte: adaptado de IBGE - Censos Demográficos. Elaboração do autor.

³ O IBGE define como migrantes pessoas residentes em um dado lugar por menos de dez anos. Neste trabalho nem sempre foi possível utilizar esse conceito, em decorrência das dificuldades encontradas na utilização dos microdados. Portanto, lançou-se mão das categorias “Natural” e “Não natural”, definindo quem nasceu e quem não nasceu no município de Manaus. No esforço de tentar uma maior aproximação dos movimentos migratórios ocorridos no município, buscou-se embasar a análise, sempre que possível, na literatura especializada.

⁴ Observa-se que nos anos 1980 há um aumento significativo das pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo. Este dado precisa ser estudado com maior profundidade para compreensão das possíveis causas.

Apesar dos poucos investimentos na educação do povo amazônida, no que concerne à alfabetização, existe uma melhora em relação à população total ao longo dos anos. Dessa população, os não naturais apresentam um percentual um pouco mais elevado de pessoas alfabetizadas, 79% em 1970 e 91% em 2000, sendo os naturais 74% em 1970 e 89% em 2000.

Em se tratando do Estado do Amazonas como um todo, a situação é bem pior. Santos afirma que “Apesar do acréscimo na proporção de alfabetizados, o número de analfabetos ainda é grande representando 50 por cento ou mais em metade dos municípios” (SANTOS, 2001, p. 10).

No tocante ao lugar de origem, percebe-se que a maior parte dos não naturais é oriunda da região Norte do país. A região Nordeste também apresenta um importante papel na migração para Manaus, arrefecendo este percentual ao longo das décadas. As pessoas naturais das regiões Sul e Sudeste possuem pequeno destaque, dada a distância inter-regional.

Grande parcela dos não naturais advém do próprio Estado do Amazonas, o que caracteriza uma migração predominantemente intraestadual, que é percebido principalmente na década de 1980. De acordo com Santos, Brasil e Moura (2000, p. 7), os migrantes são primordialmente nativos dos municípios de Coari, Parintins, Manacapuru e Itacoatiara. Exceção à década de 1970, em que a maior proporção dos não manauaras é proveniente de outros Estados.

Quanto a pessoas provenientes de outros países, os números que aparecem nos censos são irrelevantes: 4% em 1970; 0% em 1980 e 1% em 1991 e 2000. No entanto, em relação à migração internacional para a região Norte, Santos, Brasil e Moura, (2000) discorrem sobre pessoas invisíveis a qualquer levantamento estatístico, como no caso da migração clandestina:

Na análise dos processos de migração para a região Norte quase sempre fica à margem aquela parcela representada principalmente pela população estrangeira de países amazônicos vizinhos ao Brasil (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, dentre outros), que migra para o Amazonas à procura de empregos gerados pela Zona Franca ou por oportunidades de exploração florestal ou mineradora. Tais migrantes, frequentemente permanecem na clandestinidade, indocumentados, à margem

de qualquer levantamento estatístico. (SANTOS et al., 2000, p. 2).

Os migrantes, ou seja, pessoas que residem a menos de dez anos no município giram em torno de uma terça parte da população: 24% em 1970; 36% em 1980; 29% em 1991; e 35% em 2000. Com isso, nota-se uma queda de 7% em 1991, talvez em virtude da crise econômica da década de 1980 e da abertura comercial no início dos anos 1990 que abalou a Zona Franca de Manaus.

Se observarmos os migrantes recentes, ou seja, com menos de três anos de residência em Manaus podemos perceber uma redução considerável ao longo das décadas (com exceção a 1991): 28% em 1970; 19% em 1980; 20% em 1991; e 13% em 2000. Isso nos indica um movimento migratório mais intenso no âmbito da implementação da Zona Franca de Manaus.

Em relação aos não naturais, basicamente a metade do contingente em todas as décadas analisadas pode ser considerado migrante (residentes no município a menos de dez anos): 56% em 1970; 51% em 1980; 48% em 1991; e 47% em 2000. Apesar de alta, a proporção de migrantes entre os não naturais cai a cada década. Santos não tem uma visão otimista quanto à migração para Manaus, diz ela:

Com base nos resultados poder-se-ia especular que passado o impacto da implantação da Zona Franca de Manaus e a subsequente perda de importância da mesma, dada a nova orientação da política econômica, Manaus já teria atingido seu nível de saturação, não sendo mais capaz de atrair e absorver fluxos migratórios intra e inter estaduais. (SANTOS, 2001, p. 9).

Quanto à residência anterior dos não naturais, podemos observar que a migração de procedência rural, com exceção de 1980, declina a cada década. Em 1980 praticamente metade dos não naturais vivia em zona urbana e metade na zona rural. Nas outras décadas, a proporção de pessoas vindas da zona rural é de aproximadamente um terço da procedência urbana.

Em relação à infraestrutura urbana, percebe-se ao longo das décadas maior acesso aos serviços de infraestrutura urbana e um pequeno progresso nas condições de habitação no município de Manaus, embora essas condições sejam precárias para uma grande parcela da população.

De acordo com Moura, a situação habitacional da população de Manaus está associada ao seu crescimento acelerado. Para o autor, a urbanização acelerada, de maneira resumida, provoca dois tipos de mudanças. Por um lado, gera novos hábitos de consumo, altera a procura por bens e serviços, além de propiciar ganhos tanto do lado do consumo, como da produção. Por outro lado, a urbanização rápida também potencializa problemas latentes ou já existentes: “subemprego de mão-de-obra, favelização da moradia, carência de serviços básicos, etc” (MOURA, 1990, p. 436).

Quase não percebemos diferenças entre os naturais e não naturais em relação ao acesso à infraestrutura urbana e aos serviços urbanos. Quando há esta diferença, os não naturais permanecem nas extremidades: ao mesmo tempo com as melhores e com as piores condições de habitação, acesso à infraestrutura urbana e aos serviços.

Podemos dizer em relação ao perfil do migrante que na maior parte das vezes eles encontram-se em polos opostos: são os que possuem os piores e, ao mesmo tempo, os melhores indicadores. De um lado são rurícolas, que fogem das cheias; pessoas com baixa escolaridade, com baixíssima renda; migrantes clandestinos de outros países. E por outro lado, são empregadores; trabalhadores transferidos por suas empresas; pessoas com bom nível de escolaridade e renda. A literatura aponta, ainda, que as mulheres que se aventuram em busca de uma vida melhor são em sua maioria migrantes intraestaduais, ao passo que os homens em sua maioria são migrantes interestaduais.

Em se tratando da economia do município, percebe-se que houve um impulso inicial na evolução do setor secundário, com a implementação da Zona Franca e um posterior arrefecimento na década de 1990. Isso se deu principalmente em virtude da abertura do mercado no âmbito da globalização, como já comentado anteriormente.

Além disso, houve ao longo dos anos uma maior participação da indústria da construção no setor de atividades econômicas do município de Manaus, possivelmente alimentada pelo desenvolvimento da PEA comercial, sobretudo no que diz respeito ao setor de serviços.

Quanto às estatísticas mais recentes

sobre o município, de acordo com a contagem realizada pelo IBGE no ano de 2007, Manaus continha uma população de 1.541.044 habitantes, com 94% da população urbana e apenas 6% rural.

Em 2004, Manaus chegou à 4ª posição no ranking das cidades mais ricas do Brasil. De acordo com a prefeitura do município, em poucos anos Manaus evoluiu da categoria de médio porte para metrópole, trazendo em si todos os problemas que essa condição traz. Em apenas um ano – de 2001 para 2002 – Manaus registrou a maior taxa de crescimento populacional do país, 2,54%. De acordo com números do IBGE, Recife registrou 0,83%, Porto Alegre 0,74% e Rio de Janeiro 0,67%, sendo que a média nacional é de 1,3%. No entanto, a tendência, tal como a nacional, é a diminuição do crescimento populacional. No período entre 1970 e 1980, houve um incremento populacional de 102%, entre 1980 e 1991 de 60% e, finalmente, 39% entre 1991 e 2000.

De acordo com as estatísticas da prefeitura do município, atualmente Manaus tem um dos menores índices de mortalidade infantil do Brasil com cerca de 22,7 mortes em cada mil crianças nascidas vivas, superando o índice aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que é de 32 e também a média nacional que é de 29,2.

Em se tratando do PIB *per capita* das capitais brasileiras, observa-se que Manaus aparece em segundo lugar no *ranking*, com uma renda *per capita* de R\$ 13.535, acima da média nacional que é de R\$ 7.631, perdendo apenas para Brasília (R\$ 16,361). Além disso, Manaus apresentou no período entre 1992 e 2002 elevada taxa de crescimento do PIB *per capita*, de 43,7%, nesse mesmo período a taxa de crescimento do PIB *per capita* nacional foi de 32,2% (IBGE, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde fins do século XIX a Amazônia é alvo de incentivos governamentais de povoamento via mão-de-obra. Durante a economia da borracha grandes contingentes de migrantes nordestinos partiam para a região com grandes ilusões de riqueza, mas ao chegarem ao lugar de destino não encontravam nenhum apoio do governo. Os trabalhadores viviam em regime de servidão sem nunca conseguir saldar suas

dívidas, além de sobreviver em péssima qualidade de vida. Aos nordestinos que se aventuraram no interior da Amazônia restavam poucas alternativas: alguns morriam nos seringais e outros partiam rumo às periferias da cidade de Manaus. Lá viviam em extrema miséria e sem perspectiva de melhores dias.

Durante os regimes militares, no século XX, o progresso era ideia dominante e, para tanto, as florestas deveriam ser derrubadas, a Amazônia povoada e estradas de rodagem construídas. Na década de 1970 as consequências das políticas de integração nacional e desenvolvimento regional foram desastrosas, tanto na dimensão social, como no âmbito ecológico. Houve ocupação urbana desordenada e exploração predatória da natureza.

Com as políticas de integração nacional priorizou-se o crescimento econômico da região, porém, em termos de desenvolvimento a estratégia de ocupação da Amazônia teve um desempenho bastante limitado, com aumento da pobreza e devastação da natureza. Estas políticas foram necessárias para a ocupação do espaço amazônico, mas não foram realizadas de maneira planejada e com infraestrutura adequada, a fim de receber o contingente de migrantes.

Neste trabalho buscou-se discorrer acerca dos efeitos de uma dessas políticas de povoamento e integração da Amazônia: a Zona Franca de Manaus, que foi uma estratégia fundamental para pôr um fim na estagnação econômica e isolamento em que se encontrava a Amazônia Ocidental com o declínio da economia da borracha. Fato este inegável, assim como a urbanização acelerada de Manaus e crescimento econômico do município e da região.

Com todo o sucesso ocasionado pela implementação da Zona Franca, a situação da cidade de Manaus é no mínimo paradoxal. Manaus hoje é uma das maiores cidades brasileiras em população, além de ser uma das cidades mais ricas do país, no entanto, apesar de todos esses resultados, metade da população vive na pobreza.

O Estado incorreu no mesmo erro das políticas de ocupação do século XIX: modelos altamente concentradores de renda e que findaram por suscitar várias questões sociais. O fastígio da borracha trouxe consigo uma grande opulência e rápida urbanização para a cidade de Manaus, assim como a Zona Franca de Manaus acarretou o

crescimento econômico do município. Assim como as belas edificações da época áurea da borracha destoavam dos casebres da época, a modernização do município ocasionada pela ZFM também contrasta com as palafitas à beira dos igarapés e com a parcela da população que vive nas periferias.

Apesar de todas as críticas, a ZFM foi – e ainda é – uma estratégia de integração territorial importante. De certa forma conseguiu cumprir com o objetivo de compensar a distância em relação aos grandes centros de consumo – embora o isolamento não tenha sido inteiramente vencido –, além de favorecer a economia regional e nacional. Postos de trabalho foram criados, houve progresso tanto no setor secundário, como terciário. Contudo, os níveis salariais não são elevados, além de existir uma importante rotatividade nas empresas.

Houve de fato uma grande urbanização, industrialização, progresso do setor de serviços, ao passo que aumentou a demanda por esses serviços, bem como por infraestrutura urbana. Houve um avanço importante, mas que está longe de contemplar toda a população. Existe uma pequena parcela dos habitantes que concentra grande parte da renda e a maior parte que permanece na pobreza. Uma parte significativa da população tem um rendimento baixíssimo, uma infraestrutura urbana não satisfatória, principalmente no que tange ao esgotamento sanitário, além de péssimas condições de moradia.

Apesar de todas as falhas das políticas de integração no tocante à área social e ambiental, podemos refletir: o que seria do município de Manaus e da Amazônia Ocidental sem a implementação da Zona Franca? Manaus teria alcançado o mesmo ritmo de crescimento econômico e populacional? De que outra maneira isto poderia ter acontecido? Podemos vislumbrar que em termos populacionais a Amazônia Ocidental seria uma região esvaziada dada a força de atração exercida por Belém. O ritmo de crescimento também não seria o mesmo, se levamos em consideração o grande contingente de migrantes que partiu rumo à Manaus estimulados pela Zona Franca dando um forte impulso ao crescimento populacional. Caso não houvesse essa política de incentivos, se poderia pensar em investimentos mais efetivos na bioindústria e no turismo, contudo, não há respostas exatas, apenas questões boas para pensar.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, V. C. As estratégias de desenvolvimento e as políticas públicas na Amazônia. In: MOURA, H. A. de. (Org.). **A pesquisa social na Amazônia: avanços lacunas e prioridades**. Recife: Massangana, 1996. p. 202-210.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BENCHIMOL, S. **Zona Franca de Manaus: pólo de desenvolvimento industrial**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.
- BRASIL. Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRA MA. Lei nº 3.173, de 06 de junho de 1957. Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 jun. p. 15285, 1957. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/DefaultDocumento.action?id=111640>>. Acesso em: 20 mar. 2007. p.
- GARCIA, E. **Manaus, referências da história**. Manaus: Norma, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. O PIB dos municípios brasileiros. **Carta de Conjuntura FEE – Fundação de Economia e Estatística**, ano 14, n. 5, maio de 2005. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/carta/por/carta1405.pdf>>. Acesso em: 17 jan 2007.
- LOUREIRO, M. E. M. O papel estratégico da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento da Amazônia. **T&C Amazônia**, Manaus, ano 1, n. 1, p. 36-41, 2003.
- MELO, M. L. de; MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações para Manaus**. Recife: Massangana, 1990.
- MOURA, H. A.; MOREIRA, M. de M. Análise demográfica da região Norte. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. p. 535-568.
- OLIVEIRA, L. A. P. de. Dinâmica populacional e social na região amazônica. In: MOURA, H. A. de (Org.). **A pesquisa social na Amazônia: avanços lacunas e prioridades**. Recife: Massangana, 1996. p. 74-102.
- SANTOS, C. A.; BRASIL, M. C.; MOURA, H. A. **Personae non gratae?: a imigração indocumentada no estado do Amazonas**. 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Personae%20Non%20Gratae%20-%20A%20Imigra%C3%A7ao%20no%20Estado....pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2007.
- SANTOS, T. F. **Características da urbanização recente no estado do Amazonas**. 2001. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/docs/text/pop2001-8.doc>. Acesso em: 25 out. 2006.
- SOUZA, A. C. R. de. A cidade de Manaus no dizer dos viajantes. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005. Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. p. 01-08. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/ANA%20CLAUDIA%20RIBEIRO%20DE%20SOUZA.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2007.

Recebido: 05/08/2008

Received: 08/05 2008

Aprovado: 24/11/2008

Approved: 11/24/2008

Revisão: 24/06/2009

Review: 06/24/2009